



**MUNICÍPIO DE CUBA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ata Nº10**

**29-06-2023**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e três, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos.-----  
-----

**ANTES DA ORDEM DO DIA: -----**  
-----

**1- INFORMAÇÕES; -----**

**2- RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----**

**3 - ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO. -----**

**ORDEM DO DIA: -----**  
-----

1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de **01/04/2023 a 31/05/2023. Para conhecimento.** -----  
-----

2 – Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2022, em conformidade com o artigo 75.º n.ºs 1, 2 e 7 e artigo 76.º n.º 2, ambos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.** -----  
-----

3 – Apreciação da Revisão n.º 3 ao Orçamento Municipal de 2023 e respetivas GOP's, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. **Para deliberação.**  
-----  
-----

4 – O teor do Acordo de Pagamento celebrado com a AGDA, para Regularização de Dívidas, conforme deliberação da AM datada de 29 de abril de 2023. **Para conhecimento.** -----  
-----

5 – A posição da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) no que concerne à aplicação do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) nas reuniões dos Órgãos Autárquicos. **Para conhecimento.** -----  
-----

6 – Desativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Concelho de Cuba, no âmbito da Pandemia COVID-19. **Para conhecimento.** -----  
-----

7 - Proposta de afetação de terreno ao domínio público municipal. **Para deliberação.** -----  
-----

Por maioria, com escusa da deputada Helena Lança, o ponto foi incluído na ordem de trabalhos. -----  
-----

O Presidente da Mesa saudou todos os presentes, declarou aberta a sessão e pediu para que fosse feita a chamada.-----  
-----

**Estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:** -----

João Duarte Oliveira Brito Palma; -----

Carlos José Maltez Almeida; -----

Francisco Eduardo Beißudo Galinha;-----

Helena Sofia Pereira Ferreira Lança; -----

Teresa José Leão Isidro Galó; -----

José Francisco Ribeiro Roque; -----

Francisco Manuel Carapuça Fitas; -----

André Chaveiro Vargas;-----

Bruno Filipe Pacheco Arvanas; -----

Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco; -----

Luís Carlos Cardoso Varela; -----

Luís António Botecas Varela; -----

Pedro Miguel Galinha Machado; -----

Fernando Manuel Corexo Candeias ; -----

José António Cardeira Machado; -----

António Francisco Fragoso Ramos;-----

Diogo José da Silva Machado; -----  
-----

3

**Faltaram a esta sessão os seguintes deputados :** -----

Carmen Dolores Gonçalves Santana; -----

José Alberto Lança Pacheco-----

Estiveram também presentes nesta sessão, o Presidente João Português, o Vice-Presidente Filipe Chora, os Vereadores Hugo Soudo e Jorge Caixeiro e o Chefe de Divisão Dr. Vítor Fialho. -----

**Antes da Ordem do Dia :** -----

**1 – INFORMAÇÕES ;**-----

**Presidente Assembleia** – deu conhecimento da correspondência recebida. Enumerou os eventos onde a Assembleia esteve representada. -----

Informou que houve inclusão de um ponto na Ordem de Trabalhos, que deixaria para aceitação ou não, pelos deputados. Por maioria, com escusa da deputada Helena Lança, o ponto 7 foi incluído. -----

**2 – RATIFICAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----

A ata da sessão anterior foi aprovada por maioria com uma abstenção do deputado André Vargas. -----

Não se registaram intervenções. -----

**3– ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO ;**-----

**Deputado Bruno Arvanas** – mostrou a sua tristeza em relação à situação de Vila Alva, nomeadamente pela renúncia ao cargo do Presidente de Assembleia daquela freguesia. Solicitou documentação sobre a primeira fase do projeto do Centro Cultural de Vila Alva – auto de consignação, autos de medição e cadernos de encargos, questionando ainda se a empreitada já estaria terminada. -----

**Deputada Helena Lança** – lembrou que na última reunião apresentaram uma declaração sobre a manutenção das vias de comunicação do concelho de Cuba. Considerou que existiam aspetos positivos depois disso, tais como a limpeza das bermas e o trabalho de manutenção da Rua José Maltez. No entanto, disse não haver um esforço por parte do Executivo em fazer esse trabalho de manutenção. Questionou a viabilidade da continuidade do trabalho realizado na rua anteriormente mencionada. -----

1

**Presidente Câmara** – em relação às questões colocadas pelo deputado Bruno Arvanas, disse que o Presidente de Assembleia de Vila Alva estava no direito de querer sair e renunciar ao mandato. Quanto à empreitada do Centro Cultural de Vila Alva, informou que a primeira fase do projeto não estaria terminada e que a documentação solicitada lhe seria entregue. Acrescentou que , por causa dos fundos comunitários a obra estaria pronta até ao final do ano. Para responder à deputada Helena Lança lembrou que o problema seria normal para uma Autarquia com poucos meios, não existindo verbas para a manutenção ou recuperação das Estradas Municipais - “ *tivemos uma reunião com o Ministro das Infraestruturas e a Ministra da Coesão Territorial e há disponibilidade do Governo para que no futuro os Municípios possam ter acesso ao empréstimo bancário através do BEI para recuperar os Caminhos Municipais. Quando houver essa possibilidade, a ideia é recuperar não só os caminhos, mas também algumas ruas. Adquirimos uma máquina de alcatrão, betuminoso, cerca de vinte mil euros mais IVA , para uma maior capacidade de resposta. O Município tem feito um esforço considerável para solucionar este problema.*” -----

**Deputado Luís Botecas Varela** – Questionou se haveria alguma novidade sobre o problema com o empreiteiro da Rua Egas Moniz e sobre a previsão de reabilitação do Centro Cultural de Albergaria e o problema das pinturas do edifício. -----

**Presidente Câmara** – informou que não haviam novidades sobre a Rua Egas Moniz,e em relação ao Multiusos de Albergaria lembrou o problema das infiltrações, garantindo que a situação estaria sinalizada e que o Município fará a intervenção assim que houver possibilidade. Frisou que o maior investimento a ser feito atualmente nas freguesias é em Vila Ruiva e Albergaria dos Fusos. -----

**Deputado Luís Botecas Varela** – Considerou um cartão de visita degradante, uma má imagem do concelho o estado em que se encontra o edifício há cerca de 6 ou 7 anos, tempo demais para não existir pintura e tratamento do espaço. -----


**Presidente Câmara** – reforçou o que disse anteriormente. -----

**Deputado José Roque** – leitura de moção . -----

### ***O Alentejo e a Cultura: que futuro?***

*“ Sendo do conhecimento público que está prevista a integração da Direcção Regional de Cultura na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, os deputados da CDU com assento na AM de Cuba, defensores da sua importância como organismo autónomo, decidem manifestar-se através da presente proposta de Moção.*

*Para um país cronicamente preocupado com os elevados índices de pobreza e dos parâmetros de bem-estar e desenvolvimento económico, aquém da média europeia, tudo o que à Cultura respeita é relegado para plano*



*secundário, sem que, da parte dos decisores políticos, exista sensibilidade e percepção do erro em que persistem. Não obstante, e apesar dessa indiferença, ela “move-se” e, mesmo no interior do país, em acelerado ritmo de envelhecimento e de desertificação, são as práticas culturais, tais como a gastronomia, o artesanato, as tradições religiosas e profanas e inúmeras formas de actividades laborais e de transformação tradicionais, da carne, do leite e do vinho, mas, também, do empenho artístico do povo, no que respeita ao teatro, à música, à dança, ao folclore, que, associadas a monumentos de vária ordem e a sítios arqueológicos inseridos em importantes e ricas paisagens, movimentam e, em não poucas situações, sustentam, economicamente, lugares e terras e prendem, ainda, os seus habitantes a lugares cujo sustento outrora desapareceu, na voragem de outros paradigmas económicos e sociais.*

*Com cerca de um terço do território nacional, o Alentejo foi palco de passagem e habitat de inúmeros povos, os quais deixaram vestígios abundantes da sua actividade, da sua organização social e das suas práticas “divinas”. O Alentejo e as suas gentes são, hoje, um caldo de Cultura que deriva do convívio e apropriação de técnicas de muitas origens e que resulta numa riqueza ímpar, que há que preservar, estudar e desenvolver.*

*Com uma economia assente na produção agrícola, ao longo de séculos, e numa divisão do território profundamente desigual e injusta, da qual resultou a concentração da riqueza num reduzido número de famílias e uma pobreza extrema da esmagadora maioria dos Alentejanos, restou a esperança e a luta por melhores condições de vida, mas que, por fim, na década de 50/60 do século XX, gerou o êxodo para o litoral do país e para o estrangeiro.*

*O Alqueva, que se propunha democratizar a exploração e a posse da terra, foi uma desilusão que o presente e o futuro se encarregam de demonstrar, com a introdução de culturas nocivas para a natureza, o ambiente, o património e a paisagem, parecendo haver ainda uma maior concentração da posse da terra, agravada pela sua venda a pessoas e grupos estrangeiros, numa dimensão nefasta, de cujos proventos nada sobra, nem para o Alentejo, nem para o país.*

*A aposta parece ser, pois, antes que aconteça o impensável – alienar o património ao capital estrangeiro, tal como à terra se fez –, a de que se defenda esse património único. Património que, nas suas diferenciadas formas de apresentação e manifestação, é um denominador comum para os Alentejanos, enquanto identidade colectiva e regional.*

Defender este legado é manifestar solidariedade institucional e reconhecimento, a todos aqueles que fizeram, e fazem, do seu quotidiano uma luta, sem tréguas, contra a desertificação da memória e do território e que, incompreensivelmente, são esquecidos por quem decide e traça, a régua e esquadro, políticas estranhas à realidade dos seus dias e do seu futuro.

A estratégia de defesa, manutenção e desenvolvimento cultural exige, dos poderes públicos, uma atenção redobrada, com o envolvimento de técnicos e especialistas, empenhados cientificamente na abordagem necessária e nas diferentes fases da sua indispensável intervenção, do mesmo modo que, na sua abordagem

técnica, se exige, no campo da deliberação e da gestão, equipas com profundo conhecimento científico e estratégico, para a necessária decisão de prioridades. Acresce a imprescindível apetência para o diálogo, com particulares, autarquias, clero, técnicos e outros intervenientes. No fundo, uma proximidade com parte dos decisores, assim como com associações, agentes culturais e público.

*Tem mantido estas funções a Direcção Regional da Cultura do Alentejo, na qual temos sentido um comportamento sério, altamente responsável e de grande empenho e que, apesar da crónica falta de verbas, tem sabido e procurado manter a causa da Cultura, no Alentejo, um organismo vivo e ao serviço da comunidade e do seu desenvolvimento, assim como da sua história e da defesa de valores considerados da sua identidade e memória.*

*É, pois, um sinal de alerta e de grande preocupação para nós, especialmente os Alentejanos, o desmantelamento previsto da Direcção Regional da Cultura do Alentejo e a sua integração na Comissão de Coordenação Regional do Alentejo. Não parece avisado politicamente que um organismo desta natureza, que tem cumprido, com rigor e competência, ao longo de décadas, a gestão do património e a promoção das mais diversas iniciativas culturais, dê lugar a uma amálgama de organismos não explicados, até ao momento, mas cuja legislação já está em marcha, nomeadamente, pela Lei n.º 58/2018, de 21 de Agosto, e pela Lei n.º 27/2022, de 17 de Junho.*

*Tal como os seres humanos, poderíamos dizer que o território, para além do seu aspecto físico, também tem espírito e é necessário zelar pela sua manutenção. Será que, a par da alienação da terra, com monoculturas estranhas à região, exaurindo até ao limite recursos hídricos, vamos assistir, impávidos e serenos, a um retrocesso cultural, devido a políticas mal calculadas ou intencionalmente canhestras, para atingir desígnios ainda não esclarecidos?*

*É tempo de exigirmos respostas às tutelas políticas sobre o que se pretende, e de exigir a salvaguarda de quanto se fez até aqui, com o esforço e a criatividade de muitas gerações, do nosso tempo e dos que nos precederam. Em sua memória, é imperioso o protesto e a exigência do respeito que a Cultura nos deve merecer.” -----*

Os deputados da CDU -----  
-----

**Deputada Helena Lança** – manifestou a opinião sobre a moção dizendo “ *quando o deputado José Roque começou a ler esta moção parecia-nos bastante bem. A Cultura é sempre relegada ou tem vindo a ser relegada para segundo, terceiro ou quarto ou último plano, isso não há dúvida, fala aqui em pobreza, a maior pobreza do indivíduo é a falta de cultura, de conhecimento. Às vezes não é tanto uma questão económica, é a falta de saber quem é que nós somos, de onde é que nós vimos, que legado histórico é que nós temos. Nós nunca conseguiremos saber quem é que nós somos hoje se não soubermos do passado, das tradições, se não soubermos de onde nós vimos e isso é extremamente importante e infelizmente isso não acontece só no Alentejo, acontece por todo o país, e por isso muitas vezes é que nós não conseguimos avançar culturalmente. Nós lemos muito pouco, nós sabemos muito pouco de cultura geral e isso contribui para a pobreza que para mim é a pobreza*

3

*maior que há, é a pobreza intelectual. Agora, depois começa a falar noutra tipo de cultura, e aqui estamos completamente de acordo, mas depois começa a falar em culturas agrícolas que não tem que ver com esta primeira parte que se fala da Cultura em geral. Nós não podemos concordar com o facto de que Alqueva se propunha a democratizar a exploração e a posse da terra mas que foi uma desilusão que o presente e o futuro acabam de mostrar, eu não posso estar mais em desacordo com isto. Alqueva não foi uma desilusão, não é uma desilusão, Alqueva é o presente, é a razão pela qual eu estou aqui, é a razão pela qual eu decidi vir para Cuba e , embora Cuba também me escolhesse a mim, eu decidi fazer a minha vida aqui e apostar tudo aqui, não só eu, o meu marido, tenho aqui a minha família, é aqui que nós queremos ficar, é aqui que queremos deixar o nosso legado e vamos fazê-lo, eu e muitas mais pessoas, portanto eu não posso concordar que Alqueva seja uma desilusão. Alqueva é a minha razão de estar aqui, ou eu teria feito como me disseram há não sei quantos anos atrás que se calhar era melhor emigrar, e há muitos anos atrás eu pensei em emigrar porque não tinha condições para ficar aqui, mas Alqueva deu-me essa possibilidade, deu-me um futuro, a mim e a muitas outras pessoas que aqui vivem e aqui trabalham. Por isso, eu não posso concordar com isto e nós não concordamos com algumas coisas que aqui estão. É claro que as culturas agrícolas que aqui se instalam , claro que têm aspetos negativos, claro que sim, mas também têm aspetos positivos. E o facto de ser dito que a Direção Regional de Cultura do Alentejo irá passar para a CCDR. A CCDR já abarca tantas áreas, não sei porque está a ser feito, porque é que se tomou essa decisão mas, aqui o que nós queremos dizer é que não podemos concordar com algumas ideias que aqui estão, e portanto nós iremos nos abster. -----*

**Deputado José Roque** – explicou que a moção pretendia falar essencialmente, e de uma forma implícita, na posição contrária à integração da Direção Regional da Cultural na CCDR, pois no seu entender não faz sentido. ----

**Deputado Carlos Almeida** – entendeu que a essência da moção não está devidamente explicada, pois não mostra quais os argumentos para a posição apresentada. -----

**Deputado José Roque** – frisou que a explicação foi dada ,sobretudo, nos últimos parágrafos da moção. -----

**Presidente Assembleia** – disse que “*é importante ter em atenção uma coisa que não está explícita na moção, que consiste no facto de não haver regionalização e estarmos a passar estas competências que são da administração central para um organismo que não as tem. As CCDR foram um organismo criado para ser extinto quando aparecessem os governos regionais, ou seja, foi previsto na Constituição a Regionalização e os Governos Regionais, e as CCDR seriam um organismo de preparação que nunca foram extintos porque nunca houve Regionalização. Na Minha opinião o que está a acontecer é a passagem de mais responsabilidade sem haver um concretizar do que deveria ser a regionalização.*” -----

A moção apresentada pelo deputado José Roque foi aprovada por maioria, com 5 abstenções dos deputados do Partido Socialista.

**ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**

Não se registaram intervenções.

**ORDEM DO DIA:**

1 - **Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade municipal, feita nos termos da alínea c) do nº.2 do artigo 25.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no período de 01/04/2023 a 31/05/2023. Para conhecimento.**

Não se registaram intervenções.

**A Assembleia tomou conhecimento.**

2 – **Apreciação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cuba, reportadas ao ano de 2022, em conformidade com o artigo 75.º n.ºs 1, 2 e 7 e artigo 76.º n.º 2, ambos da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação.**

**Deputada Helena Lança** – reconheceu o trabalho desenvolvido pela Escola Profissional de Cuba, mas levantou várias questões relacionadas com o processo de seleção e a aposta em determinados cursos, a preocupação em perceber quais as necessidades do mercado e do concelho e a falta de mão de obra qualificada em várias áreas.--

**Presidente Assembleia** – informou que no último conselho consultivo, em abril, colocou as mesmas questões ao Eng. Romba, da Cimbal. Considerou que o modelo das escolas profissionais não deve ser como está feito, ficando surpreendido com o processo de atribuição dos cursos.

**Presidente Câmara** – explicou que os cursos são pagos por quadros comunitários, as diretrizes vêm da Europa para cá e abrem com limitações, sendo necessário optar por cursos que tragam mais alunos à Escola, tais como o Desporto, a Saúde ou a Multimédia. As escolhas estão estabelecidas para as diversas escolas não podendo estas

criar ou candidatar algo que não está estipulado. O curso de instalações elétricas foi bastante importante em determinado período, mas hoje em dia não atrai alunos suficientes, e não tem saída. -----

**Deputado Luís Carlos Varela** – entendeu o ponto de vista da deputada Helena, explicando que também ele marcou presença no conselho consultivo onde foram abordadas questões relacionadas com a opção de existência de cursos mais práticos. No entanto, lembrou a falta de interesse dos alunos nesse tipo de cursos e um maior entusiasmo por áreas que, atualmente fazem da EPC uma das escolas do Baixo Alentejo com maior número de inscritos. -----

**Deputada Helena Lança** – Compreendeu as palavras do deputado Luís Varela, mostrou-se preocupada com o facto de não se conseguir comunicar com os jovens e lhes explicar a importância de determinadas profissões como a de canalizadores, carpinteiros e afins, essenciais nos dias de hoje. Concluiu dizendo que todos deveriam refletir sobre o problema e juntos encontrar soluções. -----

**Deputado André Vargas** – mostrou concordância com a deputada Helena. Considerou que durante muitos anos houve uma forte aposta na formação superior, descredibilizando outro tipo de profissões e surgindo uma falsa ideia que os cursos superiores seriam a solução para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Disse ainda que o problema é muito abrangente e que todos deveriam ser agentes de mudança nesta situação. -----

**Deputado Luís Carlos Varela** – defendeu que todos deveriam trabalhar para mudar este paradigma. -----

**Presidente Assembleia** – revê-se na possibilidade de uma reflexão ou trabalho conjunto disponibilizando a sua colaboração e da Assembleia Municipal. -----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 5 abstenções dos deputados do Partido Socialista.** -----

**3 – Apreciação da Revisão n.º 3 ao Orçamento Municipal de 2023 e respetivas GOP's, em conformidade com o artigo 25.º n.º 1 al. a) da Lei n.º 75/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual. Para deliberação.** -----

**Deputada Helena Lança** – mostrou satisfação por perceber que a construção da passagem pedonal entre o Pré escolar e o pavilhão gimnodesportivo irá avançar. Levantou várias questões : o ponto de situação em que se encontra o Centro de Recolha Animal, a verba disponível e a revisão de preços do projeto do Centro Cultural de Vila Alva, a verba que surge para remodelação do Jardim dos Combatentes, e o processo de reabilitação da Rua 1º de maio. -----

13  
**Presidente Câmara** – esclareceu a deputada dizendo que o Centro de Recolha Animal deveria estar pronto até outubro e que em relação ao jardim dos Combatentes e à Rua 1º de maio se tratam de revisões de preços. -----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria com 5 abstenções dos deputados do Partido Socialista.**-----  
-----

**4 – O teor do Acordo de Pagamento celebrado com a AGDA, para Regularização de Dívidas, conforme deliberação da AM datada de 29 de abril de 2023. Para conhecimento.**-----  
-----

**Deputado Francisco Fitas** – concordou que a Câmara deve honrar os seus compromissos, mas após fazer uma avaliação à forma de pagamento e ao juro de mora, a opinião altera-se, considerando que há uma prática de má gestão nesta situação, pois a Câmara recebe dos munícipes o valor e não faz o pagamento do mesmo.-----  
-----

**Presidente Câmara** – não entendeu a intervenção do deputado explicando que em todos os processos em que se pede dinheiro, se paga mais por isso, não sendo a primeira vez que a Câmara paga este tipo de valores em prestações. -----  
-----

**Deputado Francisco Fitas** – disse que “ *o Presidente tem uma forma airosa de sair das questões. Se os munícipes pagam a água e nós não a pagamos ou vamos pagar em atraso , aí sim virá o dinheiro a mais ,logo volto a dizer, na minha opinião é uma pratica de má gestão.*” -----  
-----

**Deputado Carlos Almeida** – constatou que havia uma diferença entre os documentos entregues para esta sessão e os anteriores. -----  
-----

**Presidente Câmara** – respondeu ao deputado Francisco Fitas justificando a dívida à AGDA com as decisões tomadas pela questão de prioridades em relação às obras e investimentos, uma opção já explicada na reunião anterior. -----  
-----

**Dr. Vítor Fialho** – explicou que a documentação facultada na última assembleia foi disponibilizada pela AGDA, nela estava incluída os juros sendo que nesta a informação, no contrato, encontra-se mais detalhada. Acrescentou “ *deixava registado, acredito que a nossa função é essa, se um indivíduo de construção civil me vier dizer que não sabe o que é o principio da não consignação das receitas, provavelmente ele nunca trabalhou na administração pública é compreensível, agora é importante que os membros da assembleia municipal quando usam da palavra tenham consciência que quando se diz que a receita que deu entrada da água não foi paga na água isso é do ponto de vista técnico uma incoerência tremenda porque uma das coisas que se aprende logo quando se entra na*”

*administração pública é não consignação das receitas, ou seja, com exceção do empréstimo as receitas que entram são para fazer face às despesas variadas e a ideia de que o dinheiro que entra para a água é para pagar a água é uma coisa que se efetivamente algum deputado da assembleia municipal tem essa ideia então é oportuno que se lembre que há uma coisa que é o princípio da consignação da receitas. Em relação à documentação entregue pela AGDA nós temos consciência que aquilo tem aqueles juros de mora, foi uma decisão tecnicamente sustentada, foi uma premissa que nós técnicos articulamos com o executivo porque a maior parte das câmaras, e são muitas, têm pegado neste processo e fazem pagamentos a 20 anos e não a 5, e nesses pagamentos a 20 anos não estamos a falar de 53 mil euros, mas isto é como em tudo na vida, há decisões que têm de ser tomadas, optasse por umas coisas ou por outras, o que entendi registar na minha informação técnica é que o executivo podia ter optado, e era legítimo, ter ido até aos 25 anos, que é o que a lei neste caso excecional permite, e entendeu fazê-lo no menor curto espaço de tempo possível para salvaguardar futuros executivos camarários, eu enquanto técnico é o que me apraz registar e deixar como não um ato de má gestão, mas de boa gestão. E enquanto trabalhar com pessoas assim, sejam estas ou outras sinto-me reconhecido no trabalho.”-----*

**Deputado Carlos Almeida** – insistiu que na documentação, a folha apresentada no anexo 1 tem os juros de mora (4.179) calculados a 31.12, e o total de juros a pagar não constava na que foi dada posteriormente. -----

**Deputado Pedro Machado** – analisou a documentação entregue, explicando o seu entendimento entre o que seriam os juros de mora e os juros do empréstimo e a aprovação dos documentos na última assembleia.-----

**Dr. Vítor Fialho** – explicou “no documento que trouxemos à Assembleia Municipal esses quatro mil euros, como é óbvio, eram os valores de juros de mora que eram necessários nós liquidarmos de imediato para que a AGDA aceitasse o plano, agora num empréstimo, estamos a falar num empréstimo com pagamento em prestações, num empréstimo de trezentos mil euros pensar que nós íamos conseguir ao longo da vida, que como se lembram terminará em 2027, nós em trezentos mil euros se pagássemos quatro mil, era um negócio da China, o melhor era ficarmos a dever a AGDA. Aqueles quatro mil euros são a quantia paga de imediato para que depois o acordo vigorasse. A informação é técnica, pode ter suscitado dúvidas que teremos disponibilidade para falar sobre elas.”-----

**Deputado Carlos Almeida** – depreendeu da intervenção do Dr. Vítor que da documentação da AGDA só existia o Anexo 1, o Anexo 2 veio à posteriori, pedindo a confirmação desta situação. -----

**Dr. Vítor Fialho** – afirmou tratar-se de “um projeto altamente problemático. Tenho de lhe contar o histórico. As Águas Públicas do Alentejo fizeram connosco um acordo na convicção que nós tínhamos aderido a essa metodologia dos 25 anos. Tivemos à beira de entrar em sistema de rutura com a AGDA porque aquilo trazia um conjunto de coisas para o município que nós técnicos não estávamos disponíveis para subscrever, embora o

3

*executivo e o órgão deliberativo é que iriam decidir, nomeadamente o quê? - a transferência da dívida para um terceiro que se nós falhássemos uma prestação, no mês seguinte teríamos de pagar o total e mais, tendo a AGDA ou a entidade a quem eles vendessem a dívida, a possibilidade de ir a uma conta nossa tirarem esse valor. Sabemos que o Município não tem uma liquidez de tesouraria, se de repente nos tirassem 295 mil euros da conta. Houve aqui um conjunto de argumentos, várias reuniões até chegarmos a um consenso e tenhamos presente que este documento só veio à Assembleia Municipal porque é um pouco diferente daquilo que a AGDA queria.” -----*

**Deputado Carlos Almeida** – considerou que não foi dada a confirmação sobre as diferenças na documentação. Reforçou o seu entendimento sobre a questão em causa.-----

**Dr. Vítor Fialho** – concluiu dizendo que a documentação disponibilizada para a Assembleia estaria de acordo com a que foi facultada à Câmara. -----

**Presidente Assembleia** – assumiu a sua responsabilidade por todos os documentos entregues aos membros da Assembleia Municipal.-----

**Deputado Francisco Fitas** – respondeu ao Dr. Vítor dizendo que não tem de saber todas as leis sempre que aborda os temas discutidos. -----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

**5 – A posição da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados) no que concerne à aplicação do RGPD (Regulamento Geral de Proteção de Dados) nas reuniões dos Órgãos Autárquicos. Para conhecimento.** -----

**Não se registaram intervenções.** -----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

**6 - Desativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do Concelho de Cuba, no âmbito da Pandemia COVID-19. Para conhecimento.**-----

**Deputado José Roque** – deixou uma declaração. -----

*“ A desativação do PMEPC do concelho de Cuba deveria merecer da parte de todos uma profunda reflexão em resultado de tudo o que lhe esteve subjacente, designadamente a causa principal – a Pandemia Covid’19, que parece já ter acontecido há tanto tempo, mas não foi.*

*É a altura perfeita para refletir sobre tudo o que a pandemia:*

- Nos trouxe e nos levou;

- O que perdemos e o que ganhámos;

- Os ensinamentos e as conclusões a tirar para o futuro, face a uma hipotética, mas real, possibilidade de surgimento de uma nova maleita que, à semelhança desta, parou o mundo;

- A Vida e as escolhas sobre a vida – a decisão sobre quem tratamos e quem enterramos (numa clara alusão ao Marquês de Pombal aquando do terramoto de 1755, quando questionado sobre o que fazer naquelas circunstâncias: “tratamos dos vivos e enterramos os mortos”);

- A Liberdade e a suspensão dos direitos fundamentais e inalienáveis de qualquer cidadão;

- A sociedade, a economia, a política.

Tanto para refletir: a morte... o medo... a resiliência (essa teimosia!)... e a capacidade de resistir.

Uma palavra de agradecimento e homenagem aos homens e mulheres que isoladamente ou coletivamente, junto da família ou inseridos em grupos, associações, instituições e organismos das mais variadas áreas, nos foram acalentando a esperança fazendo jus à máxima popular em que o povo é pródigo e soberano, de que “enquanto há vida há esperança.” -----  
-----

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----  
-----

**7 - Proposta de afetação de terreno ao domínio público municipal. Para deliberação.** -----

**1.º - Ao abrigo do art.º 50.º n.º 2 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, reconhecer a urgência do assunto e constar que estão reunidas as condições legais para o mesmo ser votado;** -----

**2.º - Fazendo uso da competência própria que é cometida à Assembleia Municipal pela alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, no que concerne à sua legitimidade para deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal, em articulação com o art.º 16.º do Dec. Lei n.º 280/2007, de 07 de agosto, na sua redação atual determine afetar ao domínio público municipal a área de 624m2, melhor identificada na documentação anexa para nela erigir um parque de estacionamento público;** -----  
-----

**Não se registaram intervenções.** -----  
-----

**Considerando-se esclarecida a Assembleia, o Presidente da Mesa propôs a votação , o ponto foi aprovado por maioria, com escusa da deputada Helena Lança.** -----  
-----

II ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

-----  
Não se registaram intervenções. -----

-----  
Terminada a ordem de trabalhos, e não havendo mais nada a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, secretário que a redigi.

-----  
A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão. -----

O Presidente: *João Demétrio Almeida Brito Palma*

O Secretário: *Ana Isabel Gálio Henriques Borges*